

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

641

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2019

(Do Sr. IDILVAN ALENCAR)

Requer informações acerca de cortes orçamentários nas universidades públicas e ações em relação aos cursos de filosofia e sociologia

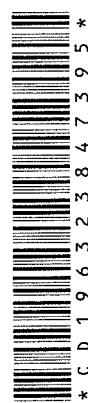
Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a, com fulcro no art.50, §2º da Constituição Federal, e nos termos dos arts. 115, I e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados sejam solicitadas ao Sr. Ministro da Educação, por meio de requerimento dirigido à pasta, as informações abaixo relacionadas.

Em transmissão online no último dia 25 de abril de 2019 do Presidente da República Jair Bolsonaro, o Ministro da Educação, Abraham Weintraub, anunciou que priorizaria, no investimento de recursos públicos, cursos que trariam mais retorno. Em sua conta no twitter, o Presidente citou como cursos que teriam os “recursos descentralizados” os cursos de Sociologia e Filosofia.

No dia 30 de abril, em entrevista ao jornal o Estado de São Paulo, o Ministro da Educação afirmou que “ vai cortar recursos de universidades que não apresentarem desempenho acadêmico esperado e, ao mesmo tempo, estiverem promovendo “balbúrdia” em seus câmpus”. Ainda segundo a reportagem, “três universidades já foram enquadradas nesses critérios e tiveram repasses reduzidos: a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA)”.

O ministro disse: “Universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas”. Ainda segundo ele, “A universidade deve estar com sobra de dinheiro



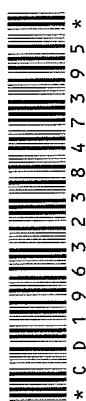
* C 0 1 9 6 3 2 3 8 4 7 3 9 5 *

para fazer bagunça e evento ridículo”, disse. E deu exemplos do que considera bagunça: “Sem-terra dentro do câmpus, gente pelada dentro do câmpus”.

No dia seguinte, o Secretário de Educação Superior anunciou no Jornal Nacional e foi amplamente noticiado que o corte de 30% valeria para todas as universidades federais.

Em nenhum dos momentos, o Ministério apresentou detalhes de como seriam implemetadas as diretrizes que ele anunciou. No caso das universidades, o corte nos recursos já ocorreu sem, no entanto, apresentar os critérios utilizados e uma análise criteriosa dos impactos de um corte de tamanha magnitude. Diante destes fatos, questionamos:

1. O senhor afirmou que desempenho acadêmico seria um critério para o corte de recursos. Quais são esses critérios acadêmicos utilizados e como, a partir destes critérios, chegou-se a um corte de 30% em todas universidades?
2. O senhor primeiramente anunciou cortes em apenas três universidades UnB, UFF e UFBA e posteriormente ampliou para todas. Em qual momento foi tomada a decisão de cortar 30% em todas as universidades? Se o corte seria para todas, porque anunciou em primeiro lugar os cortes na UnB, UFF e UFBA? Quais os critérios utilizados para definir essas três universidades?
3. O senhor afirmou que irá cortar recursos de universidades que estiverem promovendo “balbúrdia” em seus campi. Qual o conceito de balbúrdia utilizado para efetivar os cortes de recursos? Quais eventos justificaram os cortes de 30% em todas as universidades?
4. Em relação à “descentralização do investimento em cursos de sociologia e filosofia”, a descentralização será para quem? Quais foram os critérios utilizados para a escolha dos cursos de sociologia e filosofia para essa descentralização?



5. Quais outros cursos receberão menor prioridade do Ministério da Educação, além de sociologia e filosofia? E quais cursos serão priorizados?
6. Como se dará essa priorização? Serão alteradas as regras para concessão de bolsas de pós-graduação? As regras para concessão do FIES? As regras do PROUNI? O Ministério prevê alguma medida para alterar autonomia das universidades públicas e privadas de criarem cursos?

São estes os questionamentos ao senhor Ministro de Estado da Educação.

JUSTIFICAÇÃO

A administração pública deve se guiar por alguns princípios para assegurar o bom funcionamento da gestão e da democracia. Um primeiro princípio é o da legalidade, segundo o qual é obrigatório que os servidores públicos façam apenas o que está previsto na Lei; um segundo princípio é o da impensoalidade, ou seja, deve agir com o objetivo de atingir uma finalidade pública, sem promover interesses pessoais; um terceiro princípio é o da moralidade administrativa, em que o servidor deve seguir certos padrões éticas em sua atividade; um quarto princípio é o da publicidade, segundo o qual os atos da administração pública devem ser publicizados oficialmente para conhecimento e escrutínio da população; o quinto princípio é o da eficiência, segundo o qual os servidores públicos devem buscar os melhores resultados com os menores custos possíveis.

As falas do ministro, sem as devidas explicações, configuram a quebra de, pelo menos, três desses princípios: da legalidade (não há lei que permita o corte de recursos por “balbúrdia” ou a “descentralização” de investimentos em sociologia e filosofia), da impensoalidade, pois, as ações não explicadas podem se configurar como perseguição política a pessoas que têm ideias diferentes; o princípio da publicidade, uma vez que os critérios utilizados



* C D 1 9 6 3 2 3 8 4 7 3 9 5 *

não estão publicados; e o princípio da eficiência, uma vez que não foram explicitados os custos e o problema a ser resolvido.

O posterior anúncio de corte de 30% em todas as universidades federais, sem uma análise de impacto na vida das milhares de pessoas que frequentam diariamente essas instituições traz ainda mais preocupação em relação ao compromisso do Ministério da Educação com a educação no país.

Essas informações contribuirão com o trabalho de fiscalização e acompanhamento das ações do Executivo, uma das atribuições de grande relevância do Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 28 MAIO 2019
de 2019.

Idilvan Alencar
Deputado IDILVAN ALENCAR

